

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 963/2012 – O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE elevar para a servidora MARIA DE FATIMA MAIA MOTA, Assessora Jurídica do Departamento de Serviços Judiciais da Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza, Matrícula nº 9716, a Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), não lhe sendo permitida a percepção cumulativa de idêntica gratificação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de junho de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 962 /2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8500544-30.2012.8.06.0000,

CONSIDERANDO a implantação do Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o qual congrega vários projetos que proporcionarão a desejada perfectibilização da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO o Projeto de Virtualização que contempla a adoção do processo judicial eletrônico no âmbito do Poder Judiciário deste Estado;

CONSIDERANDO o projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJE que trata a adesão ao Termo Acordo de Cooperação Técnica nº 43/2011, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, Juíza de Direito da 19ª Unidade do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual de 1º Grau, até ulterior deliberação.

Art. 2º – Incluir, a partir de 1º de junho de 2012, o servidor ALEXANDRE OLIVEIRA DAMASCENO, Técnico Judiciário SPJNM, matrícula nº 4515.1/4, no Grupo de Trabalho de Analistas de Negócios, instituído através da Portaria nº 1.769/2011, datada de 1º de dezembro de 2011, publicada em 2 de dezembro de 2011, concedendo-lhe a gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, no valor mencionado no § 1º do art. 3º da referida Portaria.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de junho de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso X, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 3º, § 2º, da Lei estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º da Lei estadual nº 14.155, de 1º de julho de 2008, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8508198-68.2012.8.06.0000,

**RESOLVE reconduzir, a partir de 31 de maio de 2012, AGOSTINHO BARBOSA JÚNIOR**, Matrícula nº 6382.1/8, ao cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de **Conciliador** da 8ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, símbolo DJS-3

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 05 dias do mês de junho de 2012.**

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 952/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe conferem o art.53, inciso XXIX, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, o art.5º, incisos II e IV, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, o inciso IX, do art.132 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 e de acordo com autorização exarada mediante Processo Administrativo nº 8507843-55.2012.8.06.0001,

RESOLVE: